

## **ATA DA XXX REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA NO DIA QUINZE DE ABRIL DE 2009.**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de Dois Mil e Nove, realizou-se a Trigesima reunião do CEDRAF, nas dependências do CPRA em Pinhais-Pr. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Adriano Gonçalves (QUILOMBOLAS), José Maria Rodrigues (ARCAFAR-SUL), Rosana de Melo Corrêa (CONAB), João Carlos Torrens (DESER), Noveraldo Oliboni (FEBRAF-SUL), Valter Bianchini (SEAB), Alexandre Sandri (INCRA), Maria Aparecida Geffer (TERRITÓRIOS RURAIS), Nilson Camargo (FAEP), Sabrina Parrino (SETP), Francisco Paulo (IAPAR), Carlos Eduardo Seoane (EMBRAPA), Gilson Farias (SICREDI), Reni Antonio Denardi (MDA/DFDA), Cândida Junqueira (SEED), Aníbal Rodrigues (SEFT), Marli Rocha (REP. MULHERES), João Carlos Hilman (CRESOL), Eugenio Bittencourt (AMP), Daniel Cordeiro Vieira (CEAGRO/MST), Valter Silva (APPA/MPA), Sérgio Kampka (ASSESOAR/REDE ECOVIA). O Secretário Executivo Luiz Fernando Pacheco deu início a reunião, passando a palavra para o Presidente do Conselho Valter Bianchini que efetuou a abertura onde o mesmo apresentou a Pauta da 30ª Reunião que os Conselheiros presentes tinham em mãos, com os assuntos: **1) – APROVAÇÃO DA ATA.** **2) – CONVÊNIOS DE ATER** – Instituto EMATER – O secretário Bianchini ressaltou a importância deste Convênio onde o Instituto Emater faz a interseção com várias atuações nos Territórios e Prefeituras, o trabalho com territorialização e municipalização na agricultura, juntamente com a SEAB, um tema importante a se debater. **3) – PROGRAMA ALIMENTA PARANÁ** – Programa que a CEASA e a SEDU estão trabalhando com essa linha de Fomento aos Canais de Comercialização, a idéia é incentivar os armazéns do produtor, os Packing House, as feiras, enfim tudo que trata em canais de comercialização, antes de lançar este programa a SEDU e a CEASA vem apresentar, debater aqui e colher algumas sugestões. **4) – PROGRAMA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO**- será apresentado pelo Sr. Márcio da Silva o Plano Operativo Anual- o secretário executivo Luiz Fernando comentou que já havia sido enviado antecipadamente aos Conselheiros o Plano Operativo para conhecimento. É um Convênio que o Governo do Estado tem com o Governo Federal com o repasse de recursos para o funcionamento da Câmara Técnica do Crédito Fundiário. Eles planejam a utilização desses recursos e necessitam da homologação deste Conselho do CEDRAF, alguns problemas em alguns assentamentos para dar transparência e o início deste processo. **5 – COMPOSIÇÃO DO CEDRAF**- O secretário Bianchini ressaltou a importância dos Territórios estarem mais presentes no Conselho, que precisam ser debatidas. **6) – PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DO FEIJÃO.** – O Secretário Bianchini levantou algumas questões quanto ao tema: a proposta da implantação da câmara técnica como um grupo de trabalho ou pensar uma Câmara Técnica Setorial em nível de Brasília; o Paraná é principal produtor do feijão das águas; temos uma crise de preço; precisamos de uma política da garantia de preço mínimo e do PA; valorizar a qualidade e a marca do feijão Paraná; divulgação de uma bolsa de preços; o importante trabalho do IAPAR com novas qualidades de feijão – temas que serão debatidos, e que o Sr. Simioni irá falar um pouco mais desta conjuntura. **7) – INFORMES E ENCERRAMENTO.**

O Secretário Bianchini perguntou a todos se havia alguma sugestão de pauta que não estivesse colocada, ao qual o Sr. João representante do DESER, questionou que na reunião passada o Prefeito Eugênio havia sugerido como tema de pauta um Debate do Programa Territórios da Cidadania, o qual o Luiz Fernando, secretário Executivo do CEDRAF respondeu que havia entendido que o Prefeito Eugênio, estivesse cobrando esclarecimento sobre os convênios de ATER com as Prefeituras, e que está contemplada

na pauta, que o Sr. Biasi representante do Instituto Emater irá explicar sobre o assunto e debater juntamente com o Prefeito Eugênio que também irá chegar. O Secretário Bianchini reforçou a sugestão de na próxima reunião colocar na pauta o tema Territórios da Cidadania onde discutiremos como foram as reuniões, o que estamos planejando, o trabalho das planilhas conjuntas com os quatro territórios para informes e debates. O Sr. Bittencourt lembrou que na reunião passada foi questionada a Aquisição da Merenda Escolar junto da Secretaria da Educação. O Sr. Luiz Fernando informou que havia entrado em contato com a Secretaria de Educação, e eles não poderiam estar presentes na data de hoje, mais se prontificaram a participar da próxima reunião. O Secretário Bianchini ressaltou a importância da descentralização da merenda escolar, necessitando de uma discussão de políticas da descentralização, formando uma Comissão permanente para discussão das Políticas da Merenda Escolar. Em seguida o Sr. Luiz Fernando colocou a Ata para votação, perguntou aos presentes se poderia serem votadas juntas as Atas 28ª e 29ª, uma vez que já havia encaminhando por e-mail as atas para conhecimento e manifestação, ao qual o Sr. Walter fez a seguinte colocação que a política de circulação de e-mail não tem fluído, que existem falhas pois não havia recebido as Atas e a Pauta da reunião, o Secretário Executivo Luiz Fernando colocou que realmente existe falha de comunicação quer tem que ser melhorada, por isso que é importante na hora de assinar a lista de presença atualizar o endereço eletrônico, e, que algumas ações já estão sendo feitas no envio das mensagens que retornam, tem sido ligado para verificar se a caixa de mensagens está cheia e reenviado a mensagem. As atas foram colocadas em votação e foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. O Secretário Bianchini perguntou se há mais alguma sugestão quanto a pauta. O Sr. Simione, solicitou a inversão da mesma, começando pelo tema **6 – PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA**, o qual foi aceito pelos demais. PROINF. O secretário Bianchini passou a palavra para o Sr. Simione, o qual informou que recebeu na SEAB a visita de um grupo liderado pelo Sr. Eduardo do Sindicato de Castro onde o mesmo colocou a ocupação muito forte do plantio de feijão naquele município, em seguida fez um breve relato sobre o atual cenário na produção de feijão que ficou prejudicado pelas interferências climáticas, causadas pela seca ocorrida entre a 2ª quinzena de dezembro/08 e início de janeiro/09, e com isso a safra de feijão ficou reduzida, ressaltou que temos a 2ª safra que é de grande importância, que está em fase de colheita onde a previsão é mais 350 mil toneladas, e que o Paraná é o 1º produtor nacional de feijão e que nós temos um feijão de qualidade, e que o mercado é contínuo. Embora o feijão seja um grão, ele tem uma comercialização rápida senão ele se torna um produto velho e começa encalhar a venda, o Governo tem participado das negociações via AGF, ainda ontem a CONAB anunciou a compra de 20 mil toneladas de feijão e 100 mil toneladas de milho aqui no Paraná, a médio e longo prazo. Informou ainda que em dezembro estava se vendendo a R\$ 120,00 a saca e hoje não passa de R\$ 67,70 a saca de feijão, e que para não se ter esses altos e baixos é necessário montar a Câmara Técnica. Nós estamos imaginando nesse primeiro instante montar um grupo de trabalho, e depois expandir para uma Câmara maior, e nessa primeira proposta que seja formado esse grupo com a SEAB, onde o departamento do DERAL já está completamente envolvido, nós propomos que o técnico Salvador que está assumindo área do feijão, poderá dar apoio na formação oficial deste grupo, propor que a CONAB, a EMATER, a FETRAFE e a FETAEF estejam conosco também, depois podemos expandir para um grupo maior e então formar essa Câmara, a idéia é que dentro desse grupo de trabalho é discutir principalmente a questão da comercialização permanente, pois hoje o mercado é muito volátil. Hoje mesmo chegou um pedido da região de Irati para a prorrogação do calendário agrícola devida a ação climática, então para que não

fique uma coisa isolada, esse grupo teria a missão permanente discursiva das políticas do feijão, políticas de plantio, da condução das lavouras, dos instrumentos de política agrícola, e as propostas de políticas que se voltem para a agricultura familiar produtora de feijão, que tem a maior concentração na região centro-sul do Estado. Recentemente tivemos uma reunião onde mais de 100 produtores participaram no Sindicato regional de Castro onde a CONAB apresentou a proposta de aquisição de feijão, e nós colocamos a mesma preocupação naquele momento que era também do Secretário. Para se ter uma idéia só na região de Castro existe 500 mil sacas de feijão estocadas do mês de janeiro até o momento. É uma cultura de grande expressão e de grande importância para a renda da agricultura familiar pois é uma cultura de base da pequena propriedade rural e necessita de uma atenção especial. Então a minha proposta de encaminhamento Secretário, é que fique primeiro nesse Grupo de Trabalho formado pela SEAB, Instituto EMATER, CONAB, pode ser a CODAPAR na parte de armazenagem, o IAPAR também fazer parte pois tem várias pesquisas de variedades e pode trazer para nós essas informações a FETAEP, FETRAFE e aí expande esse Grupo para a formação da Câmara num prazo curto de seis meses no máximo, e vamos atrelar este Grupo na Câmara Setorial de Brasília, com o Ministério da Agricultura. O Secretário Bianchini colocou que todos vão ser convidados as representações dos Agricultores, a Fetaep, Fetraf, Movimento dos Sem Terra, Via Campesina, MDA, as Organizações, OCEPAR, nós da Secretaria da Agricultura com as vinculadas que o Simione já citou para participarem da formação da Câmara Técnica, também a participação da CONAB, que se constitua essa Câmara Técnica e traga para o CEDRAF e se discuta se é importante ou não que esse Grupo se constitua em Câmara Técnica ligada a Brasília ou não. Em seguida chamou a representante da CONAB Rosane para dar mais algumas informações. Rosane informa, como já foi anunciado na semana o MDS e o MDA já repassaram alguns recursos para que a CONAB compre feijão também pelo PAA, hoje opera pelo AGF e a partir da semana irá operar pelo PAA que tem um preço melhor para o Agricultor Familiar. As organizações devem começar a orientar os agricultores. O preço do PAA é de R\$ 1,46/kg feijão o que dá em torno de R\$ 90,00 a saca. Tem a possibilidade de produção orgânica onde o valor é de 30% a mais e não poderá exceder a R\$ 3.500,00 por agricultor familiar. Diz o Secretário Bianchini que essa é uma boa notícia dos recursos repassados para CONAB começar a atuar nessa questão da manutenção de preço e do PAA. Secretário Bianchini sugeriu a constituição desse Grupo Técnico e que o Simione e o Salvador da SEAB fiquem encarregados de chamar os demais parceiros e organizações dos agricultores, OCEPAR, as entidades Estaduais e Federais que se envie os convites já para a próxima semana para a formação do Grupo Técnico e se necessário trazer para o Conselho do CEDRAF a discussão para a formação da Câmara Técnica se vai ter articulação com a Câmara Técnica em Brasília. Perguntou se há alguma sugestão, como não houve, o Secretário executivo da CEDRAF deu prosseguimento, - como o Sr. Biasi do Instituto Emater avisou que iria se atrasar, então chamamos a Sandra do Programa Alimenta Paraná, o Secretário Bianchini vai fazer a introdução, o qual agradece a presença da Sandra e coloca que é um trabalho conjunto entre a SEAB a equipe técnica da CEASA a Sandra e o Mario Figueiredo, e que está quase pronto o Programa Alimenta Paraná, está na fase de formatação, este Programa ainda não foi lançado pelo Governo Estadual, a idéia é a apresentação aqui no Conselho do CEDRAF para alguma sugestão. Temos também uma parceria com o Governo Federal vai vir aí o Programa Armazém Brasil onde vamos fazer a construção na região metropolitana dos primeiros cinco armazéns, na característica dos Armazéns da Família. Então passo a palavra para a Sandra. **3) – PROGRAMA ALIMENTA PARANÁ** – Cumprimentou a todos, agradecendo a oportunidade. Esclareceu que estão

em fase de formatação do Programa e a fase seguinte é a implementação, e conforme vai tendo as definições algumas ações que são do interesse do Governo e da sociedade já estão sendo implementadas. Esclareceu como iniciou este trabalho, que no final do ano passado o Secretário Bianchini procurou a SEDU, solicitando que fosse constituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de formatar um Programa que tivesse a dupla finalidade ou seja o Secretário tinha duas preocupações na época que era a 1ª - Apoiar as iniciativas existentes na área do Abastecimento no Estado que são as feiras, mercados municipais, as unidades de beneficiamento padronização e classificação, onde cada qual funcionava da sua forma e de acordo com suas necessidades políticas e condições, mais que demandavam um aporte de apoio por parte do Governo do Estado, e a 2ª - era Estruturar mesmo o sistema de Abastecimento do Estado já existente. Essas estruturas estão por aí espalhadas, necessitando promover uma articulação e integração do trabalho delas, então foi com esse espírito que foi construído o Programa. Em seguida fez a apresentação mais detalhada das linhas gerais do Programa e de como se pensa que vá funcionar, relatou sobre as finalidades, falou também da importância das parcerias. Informou que segundo dados da CEASA, somente Londrina comercializa mais de 60% de produtos oriundos do Paraná, as demais CEASAS comercializam mais produtos oriundos de outros Estados e até produtos importados, com isso percebemos um grande potencial a ser desenvolvido no Paraná. Ressaltou sobre a preocupação em se evitar erros do passado, tomando o cuidado para não se criar elefantes brancos, porque não é só fazer a construção das Unidades, que a grande dificuldade é manter elas funcionando, porque muitas vezes o problema está na falta de gestão técnica, de capacitação e de qualificação de quem está gerenciando a Unidade, então este programa prevê investir também em gestão, capacitação e qualificação, desde lá da feira até os packing house, mercados e gerenciamento da Unidade. Uma síntese das metas: - 200 milhões de investimentos em 5 anos a longo prazo. Onde serão investidos em torno de 70 milhões à curto prazo em Feiras na implantação, revitalização e ampliação em 200 unidades. Mercado Brasil – recuperação e instalação em 25 unidades. Mercados Municipais- recuperação e instalação em 30 unidades. Mercados Regionais – instalação e recuperação em 30 unidades, também será investido em Postos de Comercialização Instalação e padronização. As fontes de recursos são originárias de empréstimos e de dotações orçamentárias. Bancos como BNDES, BBSA, CEF, Agência de Fomento e Agências de Desenvolvimento. A gestora do Programa por definição e natureza é a SEAB e as Instituições executoras CEASA, EMATER, SEDU e PARANA CIDADE. – Instituições parceiras MAPA, MDA, MDS, Ministério do Trabalho e Municípios. Vou colocar aqui algumas ações do Programa Mercado Brasil – 2009 que estão em execução onde como Secretário nos falou são cinco unidades localizadas na região metropolitana nos municípios de Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais. É um programa em parceria com as Prefeituras, onde a contrapartida delas é a doação do terreno. O Secretário Bianchini ressaltou que o Programa Alimenta Paraná é uma parceria com o Governo Federal, e que neste espaço de Armazém poderá ter cozinha comunitária, mercado produtor, sala de eventos e outros, e que essa é a concepção deste Programa, a composição de recursos é a mais variada possível, são recursos financiados pelo município através do CEDRAF, Associações, MDA entre outros. O Programa chama Mercado Brasil/ Alimenta Paraná ou vice versa. Em seguida A Sandra fez a apresentação da planta do armazém em slides aos presentes. O Secretário Bianchini comentou que a concepção é canalizar os produtos da agricultura familiar e agricultura orgânica neste programa. A Sandra ressaltou a importância da integração entre os armazéns, porque a feira se não tiver diversidade ela vai acabando por si só, e que nestes armazéns estão previstos salas que terão computadores e internet,

para que as gerencias dessas unidades possam interagir com as outras unidades, na questão de produtos e preços. Para o agricultor irá abrir possibilidades para que possa inserir seus produtos no mercado. Com isso a Sandra encerra a apresentação, deixando em aberto para discussão. O Secretário Bianchini levantou a questão que as estruturas são pouco usadas para a formação gerencial, mas possibilidades de melhorar são muitas deste que trabalhadas nesta concepção. Em seguida foi aberta para a plenária onde o Sr. Nilson da FAEP colocou que este Programa seria muito mais importante nos pequenos municípios do que nos grandes centros, e que este Programa já existe nem alguns municípios, onde a Prefeitura adquire os produtos e repassa para a população carente cadastrada, e como um município de porte de Palotina por exemplo pode aderir. Foi respondido que o Programa é para todos os municípios desde que respeitando os critérios, e este Programa abrange o Paraná Centro Expandido que é prioridade deste Governo Estadual. O Programa só irá funcionar se for costurado com todos os parceiros do Estado, pois esta política já é feita por algumas instituições o que vamos fazer é melhorar o que já existe. Estamos desenvolvendo os subprogramas, para cada estrutura terá a sua especificidade e terá seus critérios, encima disto será analisado o município a ser beneficiado. Para cada uma das estruturas estamos propondo um regulamento para o funcionamento, isto vai ser tudo disponibilizado para os municípios. O Secretário Bianchini esclareceu que a idéia neste momento era de apresentar este Programa que esta em construção para os Conselheiros do CEDRAF conhecerem, e aqueles que quiserem contribuir através do CEDRAF. O Sr. Marquinho que faz parte desta equipe fez as considerações finais sobre o Programa colocando que este Programa prevê inicialmente ações de várias formas, no varejo ações diretamente para agricultores familiares atuantes, no atacado em que as Associações de Agricultores, Cooperativas e Permissionários atuem, podendo ser ações de grandes Municípios e também de pequenos, o objetivo é apresentar um novo mercado aos agricultores é dar várias possibilidades a todos os Municípios independente do seu tamanho, é atender onde tem produção orgânica e produção da Agricultura familiar, onde eles tenham um canal de comercialização com a presença do Estado. Encerrou-se a apresentação do Programa, em seguida o Secretário Bianchini chamou o Sr. Luiz Fernando secretário executivo que esclareceu que esta apresentação sobre os Convênios de Ater nasceu da solicitação do Conselheiro Eugenio Bittencourt que tinha algumas dúvidas com relação aos Convênios da Emater, o qual foi convidado para expor suas dúvidas e assim já orientar a exposição do Sr. BIASI, o Prefeito Eugênio começou esclarecendo que na última reunião do Conselho foi levantado o tema Assistência Técnica, e iniciado um pequeno debate. Após isso aconteceu no Território alguns eventos, como em Reserva do Iguaçu, onde foi apresentado e debatido as ações para os Territórios da Cidadania e lá foi levantado algumas necessidades principais que os Municípios que ficaram a mercê do desenvolvimento tem sérios problemas em três grandes eixos: 1º – vazio de estradas – não tem como um município se desenvolver sem estradas para escoamento da produção sejam estradas vicinais e estradas principais. O 2º é a questão da Regularização Fundiária, onde os agricultores têm dificuldade de acesso ao crédito fundiário por não possuírem documentação da terra. E o 3º é a questão da Assistência Técnica, pois temos alguns desafios na região que é diversificar a produção tirando o agricultor da monocultura e nisso temos carência de Assistência Técnica. Vemos que a EMATER com uma falta muito grande de pessoal. A EMBRAPA está oferecendo um Técnico para o Município para trabalhar na questão leiteira, onde teríamos uma propriedade atendida por comunidade e ela servirá como referência na questão leiteira, além disso vai dar treinamentos para os Técnicos e uma palestra para os agricultores, desse jeito aí assim vamos ter uma Assistência de qualidade. O Secretário Bianchini coloca que foi

então resgatada a proposta do Prefeito Eugênio, que colocou a situação específica de Nova Laranjeiras, mas que não é a média dos demais Municípios do Território o Biasi vai fazer aqui a sua fala geral sobre as questões aqui levantadas, com a palavra Biasi. Agradeceu a oportunidade e achou oportunas as colocações que o Prefeito Eugênio fez, mais há controvérsias de algumas questões. Começou a apresentação informando o cenário Paranaense de ATER onde existem 317 mil Agricultores Familiares, destes 160 mil são orientados pelo Instituto EMATER, 100 mil são orientados por Cooperativas, ONGs e outras Instituições e 57 mil agricultores familiares não recebem nenhuma orientação de ATER, em seguida falou sobre a Política de Ampliação de ATER. Falou sobre os recursos e esforços orientados preferencialmente para regiões e para populações com menos oportunidades, que são recursos do MDA na ordem de 14 milhões que irão aportar no 2º semestre de 2009. Citou as dificuldades de ampliação do corpo técnico. E que com esses Recursos em parceria com o Governo do Estado e Projeto do MDA para investimentos, formação de técnicos, que é extensivo a todos os técnicos de instituições parceiras, ONGs, e também na formação de agricultores dirigentes de organizações e apoio a eventos, falou também da parceria através Termos de Cooperação Técnica Financeira com as Prefeituras. Explicou sobre a classificação dos Municípios segundo índice de pobreza e de dificuldade, e com isso criou-se processos de subsídios especiais às Prefeituras dos Municípios que estão localizados nos Territórios do Paraná Centro Expandido, de acordo com a classificação do Município, os subsídios são em 45%, 30% e 15%. Respondeu ao Prefeito Eugênio a questão das despesas de custeio que são de responsabilidade da EMATER, e se por ventura estiver pagando, fazer o desconto na fatura. Explicou que o subsídio concedido é um estímulo a ampliação de ATER, condicionando a existência do TCTF e adimplência. Apresentou a planilha de como irão funcionar os descontos de acordo com a classificação dos Municípios. Esclareceu ainda a possibilidade de receber 1 técnico a mais por Prefeitura cedido com custo zero, isso somente para os Territórios da Cidadania, só que no momento têm-se a limitante que é o carro, não adianta incentivar a Prefeitura a colocar mais 1 técnico se não tiver o carro para desenvolver o trabalho, isso está para se resolver no 2º semestre de 2009. Para finalizar, fez um breve relato da situação da Cantuquiriguaçu, em 2007 tinha 19 técnicos hoje tem 31, em 2007 9 técnicos cedidos de Prefeituras hoje tem 21 técnicos e 19 técnicos pelo INCRA, então saiu de 28 técnicos para 76 técnicos hoje, claro que não suficiente, têm-se um desafio muito maior, e a situação de maior dificuldade também é o Vale do Ribeira onde tem apenas 3 técnicos de nível superior. No ano passado foi autorizado pelo Governo Estadual a contratação de 200 funcionários, destes 170 são da área técnica – 155 técnicos de nível médio, e a maioria foi alocado nos Territórios do Paraná Centro Expandido. Antes de encerrar gostaria de dizer que há um esforço do Instituto EMATER para solucionar essa questão de ATER. Em seguida foi aberto para plenária. O Prefeito Eugênio colocou algumas questões como: que reconhece o trabalho da EMATER, mais discorda dessa forma onde o Município cede 2 técnicos para ATER e tenha que pagar o convênio, outra questão seria dar um incentivo maior ao Técnico para ir trabalhar nos municípios com pouca infraestrutura, outra questão é que os Técnicos novos reclamam do baixo salário, deixou claro que veio pedir uma Assistência Técnica de mais qualidade e não reclamar dos trabalhos que a EMATER executa. Pediu 2 minutos de tempo para o Secretário Municipal da Agricultura de Nova Laranjeiras fazer a sua fala. O qual iniciou dizendo da grande quantidade de relatórios que os técnicos locais tem que fazer para encaminhar ao Escritório Central, tomando muito tempo. Falou que a Assistência Técnica que o Município precisa é aquela que deve ser discutida, em que o técnico vai lá na propriedade e foca um plano de custo com o agricultor, e que possa ajudar-lo. Mas que o

excesso de relatórios não permite que se faça visitas individuais. O Secretário Bianchini propôs quanto a questão de custo e subsídios que haja uma discussão entre Prefeitura e EMATER para melhorar. Ressaltou que não deve-se confundir o trabalho da EMBRAPA e o papel de ATER, que isso não vem resolver os problemas de ATER. Esclareceu que o papel da EMATER não é só fazer relatórios, que isso pode até ser uma realidade de Nova Laranjeiras que não representa todo o Estado, ao qual o Sr. Reni esclareceu que tinha-se um convênio com o INCRA com o objetivo específico de fazer diagnósticos nos assentamentos pesquisados e que no término destes levantamentos, foi assinado um novo convênio no qual vai ser atendido quanto a questão de ATER. Esclareceu ainda que muitos dos técnicos contratados recebem melhores oportunidades e por isso existe essa carência no interior. Ainda ressaltou que precisa-se olhar para frente e construir alguns processos para avançar, tem que quebrar preconceitos e tabus entre Técnicos de EMATER e Prefeituras, criar processos horizontais entre todos os atores para construir uma ATER melhor, otimizar melhor os recursos financeiros aplicados. Essa ATER individualizada não deu certo nos anos 70, surgiram outras metodologias que permitem melhor alcance com os recursos que se dispõe, hoje se precisaria de mais de 6000 técnicos para individualizar. Deve-se trabalhar com metodologias grupais e capacitação melhor de Técnicos e avançar cada vez mais. Informou que no caso do Assentamento Xingu foram feitas várias tentativas em Brasília mais infelizmente não foi possível contemplar. O Sr. João do DESER coloca que são duas dimensões a necessidade de aprofundar essa discussão para além do papel de ATER, por meios ou mecanismos viabilizar a articulação dos serviços de ATER com outras instituições e organizações e um debate mais específico nos territórios da cidadania. O representante do CEAGRO Daniel esclareceu que essa questão de excesso de relatório é a visão do assentado, que o Secretário Altair de Nova Laranjeiras colocou. A questão é que o INCRA não pode fazer ATER porque o assentamento é consolidado desde 2001 e agora apareceu o problema a ser superado porque os assentados não têm Assistência Técnica de ninguém, e esse é o problema a ser superado. Os convênios são demorados para assinaturas. Fica como sugestão um espaço para debates e discussão e fazer articulação com todas as Políticas Públicas, para melhorar essa questão de ATER.. O Sr. Bianchini ressaltou que o Convênio que o Biasi aqui apresentou é o caminho, é através do trabalho de parceria entre Estado, ONGs, Prefeituras, Universidade Sem Fronteira, ARCAFAR enfim juntar todos para ter uma rede de ATER melhorada, propõe encaminhar para o Conselho e discutir de uma forma mais madura a proposta de ATER, temos que formar um Comitê com a participação do João do DESER, Marcio do IAPAR, o Aníbal, Mario, Reni, alguém da ARCAFAR, UNICAFES, outras organizações e Cooperativas, ficando o Biasi da EMATER para articular e chamar para uma reunião de ATER. Com isso encerrou-se a questão de ATER, onde o Sr. Biasi agradeceu a oportunidade, colocou-se a disposição e dizendo que essas discussões são sempre importantes. O Secretário Bianchini precisou retirar-se da reunião, ao qual assumiu o sr. Bittencourt, dando prosseguimento na pauta. Tema 4) – **PROGRAMA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO** – O Sr. Márcio responsável pelo Crédito Fundiário começou a apresentação colocando que são dois temas a tratar que é a aprovação do POA – Programa Nacional de Crédito Fundiário e atualização de informações das Fazendas Andreola e Formiga nos municípios de Missal e Ramilândia que já foi tema em 2007 neste Conselho, em seguida fez um breve relato da situação atual das mesmas, após este relato passou para apresentação do Plano Operativo Anual, o qual já havia sido encaminhado aos Conselheiros por e-mail, encerrou a apresentação. O Sr. Bittencourt perguntou se havia alguma manifestação quanto ao assunto, para se encaminhar para votação do POA apresentado. O Sr. Walter fez a seguinte colocação – Dizendo que 6

Hectares é muito pouco por agricultor, uma vez que ele tem que ter uma reserva Florestal de 20% desta área ficando uma área muito pequena para plantio, e se tiver sanga diminui a área de plantio mais ainda. Ao que o Sr. Marcio respondeu que está se discutindo essas questões, uma vez que o valor da terra no Brasil está valorizando, e o Programa prevê R\$ 40.000,00 por agricultor, e que tem de haver um estudo para melhorar estas questões. Com isso encerrou-se e todos os Conselheiros presentes concordaram com a homologação do POA. Em seguida passou-se para o tema **5 – COMPOSIÇÃO DO CEDRAF** – Solicitação do Território Sudoeste para fazer parte do Conselho do CEDRAF - a sugestão da Secretária Executivo que não se abra para cada território um representante no Conselho uma vez que hoje existe uma representante territorial, o que falta são recursos para poder visitar e participar das reuniões em cada território, uma alternativa seria através do PRONAT, custear estas despesas, e com isso foi aberto para discussão. O Sr. Reni ressaltou a dificuldade para o representante quanto o acesso aos Territórios, sugeriu que cada território venha individualmente organizado para a reunião que tiver interesse, ou articular com algum representante do CEDRAF para abordar o que necessita, e hoje existem alguns representantes que atuam no Sudoeste. A representante dos Território Cida coloca que a representação é muito fragmentada junto dos territórios, não foi aos Territórios para fazer um debate e trazer para o CEDRAF, pois não tem recursos financeiros para estas ações, e colocou para o Conselho avaliar sua participação. O Sr. João do DESER se manifestou contra a inclusão do Território do Sudoeste no Conselho, uma vez que já existe um representante territorial, o que precisa-se é viabilizar melhor a articulação do representante com os demais territórios. Em seguida o Representante da ARCAFAR se manifestou contra a inclusão do Território Sudoeste e apoiou a colocação do Sr. Reni e o representante do DESER, lembrou que como disse o Sr. Reni sempre tem espaço aberto para todos os territórios e outras instituições, organizações nas reuniões para colocar suas dificuldades seus problemas, sem a necessidade de se colocar mais um representante, uma vez que a Cida já representa os Territórios, e colocou para a mesa a avaliação da Cida. O sr. Bittencourt lembrou que são 34 representantes hoje, e se for aberto para os Territórios irá a 40 representantes, que hoje se tem dificuldade de participação para quorum nas votações, vai ficar mais difícil se aumentar de 34 para 40, lembrando que o representante da APASEMA e outras representações não tem comparecido em várias reuniões, ficando desta forma difícil fazer as votações que se fazem necessárias. Foi colocada para a plenária onde por unanimidade foi votado contra a criação de mais um representante de território no Conselho. Foram feitos os seguintes **encaminhamentos**: - Fica responsável o Secretário Executivo para entrar em contato com o CONDRAF para verificar quais os Estados que possuem Territórios e como funciona a participação no Conselho; - Como já venceu o mandato da representante dos Territórios, terá ser consultado os demais territórios para indicação do representante e seu suplente, os territórios terão que se reunir para manter ou renovar a representação no CEDRAF; - APASEMA está sem representação também terá que ser indicada novo representante e suplente; - Enviar para todos os Conselhos Territoriais a pauta da reunião e a respectiva Ata; - Viabilização de recursos para os Conselheiros de organizações participarem das reuniões do CEDRAF, verificar junto da SEDU como é pago as despesas para os representantes no Conselho Cidade, peço ao Luiz Fernando para verificar; O Sr. Reni lembrou que existem recursos para este tipo de despesas, que estão na Fundação Terra, que há 2 anos foram aprovados e ainda não foi todo gasto. Então verificar junto a Fundação Terra como pode-se viabilizar as despesas aos Conselheiros que tem problemas deslocamento. Em seguida foi dada como encerrada a



reunião. Sem mais eu Luiz Fernando Pacheco da Costa, redigi a presente ata que deverá passar pela análise, correção e aprovação dos Conselheiros.

.